

DAIMLER TRUCK FINANCIAL SERVICES BRASIL HOLDING S.A.

CNPJ nº 54.646.419/0001-44

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração da Daimler Truck Financial Services Brasil Holding S.A. submete à apreciação de V.Sas., o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas acompanhadas das Notas Explicativas e o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, correspondente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Base para consolidação

As entidades consideradas na consolidação das demonstrações financeiras (Banco Mercedes-Benz do Brasil S.A., Mercedes-Benz Leasing do Brasil Arrendamento Mercantil S.A., Daimler Truck Locações e Serviços Ltda. e Mercedes-Benz Corretora de Seguros Ltda.) são constituídas e domiciliadas no Brasil.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Daimler Truck Financial Services Brasil Holding S.A. foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A sede da Daimler Truck Financial Services Brasil Holding S.A. está localizada na Avenida Alfred Jurzykowski, 562 - 2º andar, na cidade de São Bernardo do Campo.

A Daimler Truck Financial Services Brasil Holding S.A. tem por objeto social a participação em outras sociedades, na qualidade de sócia, quotista ou acionista.

A Daimler Truck Financial Services Brasil Holding S.A., tem investimento nas seguintes empresas:

Banco Mercedes-Benz do Brasil S.A. está organizado e autorizado a operar com Banco Múltiplo com as seguintes carteiras: (i) Arrendamento Mercantil; (ii) Crédito, Financiamento e Investimento; e, (iii) Investimento, inclusive sujeito às normas e controles do Banco Central do Brasil.

A Daimler Truck Financial Services Brasil Holding S.A. tem participação societária de 100% em 2023 (100% em 2022).

Daimler Truck Locações e Serviços Ltda. tem como objeto social principal a locação de automóveis sem condutor, além das atividades secundárias de locação de outros meios de transporte sem condutor, intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, com exceção de imobiliários, e atividades de apoio e prestação de serviços administrativos às empresas.

A Daimler Truck Financial Services Brasil Holding S.A. tem participação societária de 100% em 2023 (100% em 2022).

Mercedes-Benz Corretora de Seguros Ltda. tem como objeto social principal a prática de corretagem de operações de seguros. As atividades operacionais da Corretora estão inseridas no contexto dos negócios do Banco Mercedes-Benz e Mercedes-Benz Leasing do Brasil.

A Daimler Truck Financial Services Brasil Holding S.A. tem participação societária de 100% em 2023 (0% em 2022).

Remuneração aos acionistas

Conforme estatuto social da Daimler Truck Financial Services Brasil Holding S.A., é assegurado aos acionistas o direito a um dividendo mínimo de 25% calculado sobre o lucro líquido ajustado a ser pago anualmente. Não houve distribuição de dividendos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

Agradecimentos

Agradecemos o empenho, a confiança e a credibilidade e em especial aos nossos funcionários e colaboradores, pela dedicação e empenho que possibilitaram o desenvolvimento de nossas atividades.

São Bernardo do Campo, 26 de abril de 2024

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Individuais		Consolidadas		Passivo	Nota	Individuais		Consolidadas	
		2023	2022	2023	2022			2023	2022	2023	2022
Ativo Circulante		2.698	22.895	9.597.051	9.697.542	Passivo Circulante		2.303	2.410	8.069.834	8.955.028
Caixa e equivalentes de caixa	11	191	932	398.783	160.686	Passivos financeiros		-	-	7.690.377	8.682.048
Disponibilidades		191	932	187.612	27.562	Ao custo amortizado		-	-	7.665.927	8.680.524
Aplicações em depósitos interfinanceiros		-	-	211.171	133.124	Depósitos	19	-	-	4.242.444	6.681.830
Ativos financeiros		1.889	19.565	8.857.542	9.081.619	Obrigações por empréstimos e repasses	20	-	-	2.068.772	1.735.357
Ao custo amortizado	14	-	-	8.842.639	8.829.039	Títulos de dívidas emitidos	21	-	-	1.354.711	263.337
Operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro (-) Provisão para perda esperada		-	-	9.114.704	9.143.573	Instrumentos financeiros derivativos	13	-	-	24.450	1.524
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	(272.065)	(314.534)	Obrigações fiscais	24	617	724	156.402	160.691
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	12	1.889	19.565	767	184.368	Imposto de renda e contribuição social - correntes		617	724	156.402	160.691
Títulos e valores mobiliários		1.889	19.565	767	184.368	Outros passivos	23	1.686	1.686	223.055	112.289
Ativos fiscais	24	618	2.398	65.177	60.387	Passivo Não Circulante		1.788	1.377	10.015.581	8.893.643
Imposto de renda e contribuição social - correntes		618	2.398	65.177	60.387	Passivos financeiros		-	-	9.729.975	8.596.127
Outros ativos	18	-	-	275.549	394.850	Ao custo amortizado		-	-	9.709.576	8.591.276
Ativo Não Circulante		2.546.569	2.424.582	11.033.540	10.594.819	Depósitos	19	-	-	3.108.670	3.314.698
Ativos financeiros		-	-	10.093.810	10.011.657	Obrigações por empréstimos e repasses	20	-	-	4.303.145	3.630.101
Ao custo amortizado	14	-	-	9.858.635	9.873.280	Títulos de dívidas emitidos	21	-	-	2.297.716	1.646.477
Operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro (-) Provisão para perda esperada		-	-	10.161.959	10.225.016	Instrumentos financeiros derivativos	13	-	-	20.399	4.851
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	(303.324)	(351.736)	Provisões	22	1.788	1.377	285.172	284.296
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	12	-	-	1.711	25.378	Obrigações fiscais	24	-	-	434	13.220
Títulos e valores mobiliários		-	-	233.464	112.999	Imposto de renda e contribuição social - diferido		-	-	434	13.220
Ativos fiscais	24	1.631	1.491	632.498	555.879	Total do Passivo		4.091	3.787	18.085.415	17.848.671
Imposto de renda e contribuição social - diferido		1.631	1.491	632.498	555.879	Patrimônio líquido atribuído aos controladores	25	2.545.176	2.443.690	2.545.176	2.443.690
Investimentos em controladas	15	2.538.529	2.417.882	488	486	Capital social		1.353.742	1.353.742	1.353.742	1.353.742
Ativos tangíveis	16	-	-	17.086	10.183	Reservas		1.230.975	1.073.790	1.230.975	1.073.790
Ativos intangíveis	17	-	-	1.703	11.405	Ajustes de avaliação patrimonial		(39.541)	16.158	(39.541)	16.158
Outros ativos	18	6.409	5.209	287.955	5.209	Total do Patrimônio Líquido		2.545.176	2.443.690	2.545.176	2.443.690
Total do Ativo		2.549.267	2.447.477	20.630.591	20.292.361	Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		2.549.267	2.447.477	20.630.591	20.292.361

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais, exceto lucro líquido por ação)

	Nota	Individuais		Consolidadas	
		2023	2022	2023	2022
Receita de juros calculada pelo método de juros efetivos		-	-	2.687.443	2.062.994
Outras receitas de juros		1.976	2.174	66.551	62.680
Despesas com juros e similares		-	-	(2.084.993)	(1.528.551)
Resultado Líquido de Juros e Similares		1.976	2.174	669.001	597.123
Resultado líquido de comissões		-	-	36.875	44.497
Receita líquida de comissões		-	-	41.013	50.029
Despesa com comissões		-	-	(4.138)	(5.532)
Resultado Bruto de Intermediação Financeira	5	1.976	2.174	705.876	641.620
Outras Receitas/Despesas Operacionais		155.672	164.575	(442.130)	(359.412)
Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros	6	-	-	(24.974)	(64.209)
Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros		-	-	(51.874)	(21.776)
Resultado de participação em controladas	15b	156.187	164.642	-	-
Despesas de pessoal	7	-	-	(106.764)	(89.416)
Despesas gerais e administrativas	8	(219)	(206)	(172.318)	(150.238)
Outras receitas/(despesas) operacionais		(296)	139	(86.200)	(33.773)
Resultado Antes da Tributação sobre o Lucro e Participações		157.648	166.749	263.746	282.208
Imposto de renda e contribuição social - correntes		(603)	(710)	(150.395)	(158.813)
Imposto de renda e contribuição social - diferido		140	16	43.834	42.660
Lucro Líquido do Exercício		157.185	166.055	157.185	166.055
Quantidade de Ações		374.585	374.585	374.585	374.585
Lucro Líquido por Ação:		419,62	443,30	419,62	443,30

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	Individuais		Consolidadas	
		2023	2022	2023	2022
Lucro líquido do exercício		157.185	166.055	157.185	166.055
Outros resultados abrangentes		(55.699)	(43.718)	(55.699)	(43.718)
i. não será reclassificado posteriormente para lucros ou perdas		-	-	-	-
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-
ii. será ou poderá ser reclassificado posteriormente para lucros ou perdas		(55.699)	(43.718)	(55.699)	(43.718)
i.i. reclassificações para o resultado do período		(55.699)	(43.718)	(55.699)	(43.718)
ii.ii mudanças no valor justo		(55.699)	(43.718)	(55.699)	(43.718)
Ajustes de avaliação patrimonial		(55.699)	(43.718)	(101.271)	(79.488)
Outros resultados abrangentes de controladas		(55.699)	(43.718)	(101.271)	(79.488)
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	(101.407)	(79.847)
Títulos e valores mobiliários		-	-	136	359
Efeito fiscal		-	-	45.572	35.770
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	45.633	35.932
Títulos e valores mobiliários		-	-	(61)	(162)
Resultado abrangente do exercício		101.486	122.337	101.486	122.337

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Capital Social	Reserva de capital	Reserva de Lucros		Ajuste de avaliação patrimonial	Resultados acumulados não apropriados	Total
			Legal	Especial			
Saldos em 1º de janeiro de 2021	1.353.742	15.214	54.170	838.351	59.877	-	2.321.354
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	(43.719)	-	(43.719)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	166.055	166.055
Destinações:							
Reserva legal	-	-	8.304	-	-	(8.304)	-
Reserva especial	-	-	-	157.751	-	(157.751)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.353.742	15.214	62.474	996.102	16.158	-	2.443.690
Mutações do período	-	-	8.304	157.751	(43.719)	-	122.336
Saldos em 1º de janeiro de 2022	1.353.742	15.214	62.474	996.102	16.158	-	2.443.690
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	(55.699)	-	(55.699)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	157.185	157.185
Destinações:							
Reserva legal	-	-	7.859	-	-	(7.859)	-
Reserva especial	-	-	-	149.326	-	(149.326)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.353.742	15.214	70.333	1.145.428	(39.541)	-	2.545.176
Mutações do período	-	-	7.859	149.326	(55.699)	-	101.486

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Daimler Truck Financial Services Brasil Holding S.A. ("DTFS Brasil") tem por objetivo social a participação em outras sociedades, na qualidade de sócia, quotista ou acionista. A empresa é sediada na cidade de São Bernardo do Campo - SP na Avenida Alfred Jurzykowski, nº 562, Prédio 20, 2º andar. Sua controladora final é a Daimler Truck AG, situada em Stuttgart - Baden-Württemberg na Alemanha.

As Demonstrações financeiras individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foram autorizadas para emissão conforme aprovação da Administração em 22 de abril de 2024.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a. Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da DTFS Brasil, composta pelas empresas descritas no item c. desse capítulo, foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Na elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas, a DTFS Brasil utilizou as práticas contábeis descritas na nota explicativa nº 4.

b. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo apresentadas em Reais (R\$). Exceto quando indicado, as informações das demonstrações financeiras expressas em milhares de Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo.

c. Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as posições patrimoniais e financeiras e os resultados das companhias:

DAIMLER TRUCK FINANCIAL SERVICES BRASIL HOLDING S.A.

CNPJ nº 54.646.419/0001-44

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Banco Mercedes-Benz do Brasil S.A.

O Banco Mercedes-Benz do Brasil S.A. ("Banco"), está organizado e autorizado a operar como Banco Múltiplo com as seguintes carteiras: (i) Arrendamento Mercantil; (ii) Crédito, Financiamento e Investimento; e, (iii) Investimento, inclusive sujeito às normas e controles do Banco Central do Brasil.

Mercedes-Benz Leasing do Brasil Arrendamento Mercantil S.A.

A Mercedes-Benz Leasing do Brasil Arrendamento Mercantil S.A., é uma sociedade por ações de acordo com a Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores, que tem por objetivo principal efetuar operações de arrendamento definidas pela Legislação em vigor, inclusive sujeito às normas e controles do Banco Central do Brasil.

Daimler Truck Locações e Serviços Ltda.

A Daimler Truck Locações e Serviços ("Rental") tem como objeto social principal a locação de automóveis sem condutor, além das atividades secundárias de locação de outros meios de transporte sem condutor, intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, com exceção de imobiliários, e atividades de apoio e prestação de serviços administrativos às empresas.

Mercedes-Benz Corretora de Seguros Ltda.

A Mercedes-Benz Corretora de Seguros Ltda. tem como objeto social principal a prática de corretagem de operações de seguros. As atividades operacionais da Corretora estão inseridas no contexto dos negócios do Banco Mercedes-Benz e Mercedes-Benz Leasing do Brasil.

As entidades consideradas na consolidação das demonstrações financeiras são constituídas e domiciliadas no Brasil. A sede da DTFS Brasil está localizada na Avenida Alfred Jurzykowski, nº 562, na cidade de São Bernardo do Campo, Brasil.

A posição de investimentos em controladas pode ser verificada na nota explicativa nº 15.

3. USOS DE PREMISSAS, ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

Os resultados estão sujeitos às estimativas, políticas e premissas contábeis que são inerentes à elaboração de suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com o CPC exige julgamentos, estimativas e premissas, por parte da Administração, que afetam a aplicação das políticas contábeis e os montantes apresentados a título de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e as premissas são revisadas periodicamente. As revisões relativas às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que a estimativa é revisada e em todos os períodos subsequentes afetados.

As áreas referentes a estimativas e julgamentos críticos na aplicação de políticas contábeis que tem o efeito mais significativo nos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras são:

a. Provisão para perda de crédito esperada de ativos financeiros

As exigências de *impairment* previstas no CPC 48 requerem um modelo de perda de crédito esperada considerando premissas, tais como:

Determinação de critérios para aumento ou redução significativa no risco de crédito: A partir do acompanhamento de indicadores de risco de crédito, do monitoramento contínuo da situação financeira das contrapartes e de informações públicas consegue-se determinar se houve acréscimo ou decréscimo significativo no risco de crédito.

Prazo: Considera-se o prazo máximo de contrato como tempo de exposição ao risco de crédito quando há uma data de vencimento definida, caso contrário estima-se a vida esperada do ativo financeiro conforme período de exposição ao risco de crédito.

Informações prospectivas: Utilização de informações de caráter *forward looking*, como expectativas macroeconômicas, para refletir os impactos de eventos futuros na perda esperada.

Cenários de perda ponderados pela probabilidade: Utilização de cenários macroeconômicos imparciais e ponderados para estimar a perda esperada em um horizonte de tempo adequado.

A política contábil em relação a perdas pela redução no valor recuperável dos empréstimos e recebíveis está descrita na nota explicativa nº 4.

A nota explicativa nº 14 detalha a movimentação da provisão para perda de crédito esperada no exercício.

b. Mensuração do valor justo de instrumentos financeiros

São aplicadas técnicas específicas de avaliação do valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos e para os quais os preços e parâmetros de mercado não estão disponíveis. Tal apuração incorpora premissas sob julgamento da Administração, a qual leva em consideração a avaliação das informações e circunstâncias de mercado.

As metodologias usadas para avaliar os valores justos de determinados instrumentos financeiros estão descritas na nota explicativa nº 4.

c. Ativo e passivo fiscal diferido

A política contábil da DTFS Brasil para o reconhecimento do ativo fiscal diferido e do passivo fiscal diferido está descrita na nota explicativa nº 4. Um ativo fiscal diferido é reconhecido quando for provável auferir lucros tributáveis futuros para compensação com as diferenças temporárias dedutíveis. O reconhecimento de um ativo fiscal diferido depende de julgamentos da Administração em relação à probabilidade e à suficiência de lucros tributáveis futuros, reversões futuras de diferenças temporárias tributáveis existentes e estratégias de planejamento fiscal.

O montante do ativo fiscal diferido reconhecido é baseado nas evidências disponíveis sobre as condições na data do balanço e exige que a Administração realize julgamentos significativos, principalmente aqueles com base nas estimativas da Administração para o crescimento dos negócios e perdas de crédito. O julgamento da Administração leva em conta o impacto de evidências negativas e positivas, incluindo os resultados financeiros passados e projeções de lucro tributável futuro.

Os passivos fiscais diferidos são compostos por obrigações fiscais e reconhecidos no momento de sua ocorrência. A nota explicativa nº 24 apresenta informações mais detalhadas sobre os impostos diferidos.

d. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros mantidos para a venda A entidade avalia ao fim de cada período, se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a entidade estima o valor recuperável do ativo que é o maior entre: i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e ii) o seu valor em uso. Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o ativo é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma provisão para perda por imparidade, que é reconhecida na demonstração do resultado.

e. Provisões para ações judiciais

A política contábil da DTFS Brasil para reconhecimento das provisões para ações judiciais está descrita na nota explicativa nº 4.

As provisões são passivos gerados no passado e que possuem um valor ou um prazo incerto. São reconhecidos nas demonstrações financeiras quando for considerado provável o risco de perda, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

Passivo contingente é uma possível obrigação gerada por eventos passados, mas que somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos que não podem ser totalmente controlados pela Administração, ou uma obrigação presente de eventos passados que não foi reconhecida por não ser provável um fluxo financeiro de saída de recursos que incorporem os benefícios econômicos exigidos para liquidar a obrigação, ou o valor dessa obrigação não pode ser mensurado com confiabilidade. Portanto, uma provisão não é reconhecida nas demonstrações financeiras, sendo apenas divulgada.

A realização de ativos contingentes será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos que não podem ser totalmente controlados pela Administração. Não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de decisão transitada em julgado em última instância.

4. RESUMO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

a. Conversão de moeda estrangeira

Transações e saldos em moeda estrangeira - As transações originalmente denominadas ou a serem liquidadas em moeda estrangeira são convertidas na moeda funcional usando as taxas de câmbio da data da transação ou da data da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e perdas cambiais resultantes da liquidação e da conversão de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira pela taxa de câmbio na data do balanço são reconhecidos no resultado.

b. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são representados por contas correntes em bancos, considerados no Balanço Patrimonial Consolidado na rubrica Disponibilidades e pelas Aplicações em Depósitos Interfinanceiros com prazo original igual ou inferior a 90 dias, que possuem conversibilidade imediata em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor de mercado. Dentre os recursos disponíveis com essas características, são classificados como equivalentes de caixa somente aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros fins.

c. Instrumentos financeiros derivativos - IFD

De acordo com o CPC 48, os instrumentos financeiros derivativos compostos pelas operações de swap devem ser avaliados pelos seus valores de mercado contabilizando os ganhos e as perdas não realizados no resultado do período. Os valores relativos ao diferencial a receber ou a pagar são contabilizados em conta de ativo ou passivo, respectivamente, e apropriados como receita ou despesa "pro rata die" até a data do balanço. A metodologia de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos foi estabelecida com base em critérios consistentes e verificáveis que levam em consideração o preço médio de negociação no dia da apuração ou, na falta deste, por meio de modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização. O valor de mercado contempla o risco de crédito da contraparte (ajuste de spread de crédito).

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das exposições às variações nas taxas de juros de ativos ou passivos financeiros são considerados instrumentos de hedge (hedge) e estão classificados, de acordo com a sua natureza, na categoria de proteção de fluxo de caixa. Nesta categoria são classificados os instrumentos financeiros derivativos destinados a compensar a variação do fluxo de caixa futuro estimado da instituição.

Para estas operações os instrumentos financeiros derivativos são ajustados ao valor de mercado, sendo que a parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações, líquida dos efeitos tributários, registra-se na conta "Ajustes de avaliação patrimonial", destacada do Patrimônio Líquido. Entende-se por parcela efetiva aquela em que a variação no item objeto de hedge, diretamente relacionada ao risco correspondente, é compensada pela variação no instrumento financeiro utilizado para hedge, considerando o efeito acumulado da operação. As demais variações verificadas nesses instrumentos são reconhecidas diretamente no resultado do período.

Para os itens objeto que forem descontinuados da relação de hedge de fluxo de caixa e permanecem registrados no balanço, a reserva acumulada no patrimônio líquido será reconhecida de forma linear no resultado pelo período a decorrer da operação.

d. Ativos e Passivos Financeiros

(i) Classificação e Mensuração de Ativos Financeiros

A partir de 1º de janeiro de 2018, o Conglomerado passou a aplicar o CPC 48 - Instrumentos Financeiros e classificar seus ativos financeiros nas seguintes categorias de mensuração:

- Custo Amortizado;
- Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes;
- Valor Justo por meio do Resultado.

Custo amortizado - Um ativo financeiro é classificado como mensurado ao custo amortizado caso seja mantido em um modelo de negócio cujo objetivo seja obter fluxos de caixa contratuais e seus termos contratuais deem origem a fluxos de caixa que sejam pagamentos somente de principal e juros.

Valor justo por meio de outros resultados abrangentes - Um ativo financeiro é classificado como valor justo por meio de outros resultados abrangentes caso ele satisfaz ao critério de somente principal e juros e seja mantido em um modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro.

Valor justo por meio do resultado - Todos os outros ativos financeiros são classificados ao Valor Justo por meio do Resultado. Além disso, uma entidade pode, no reconhecimento inicial, designar de maneira irrevogável um ativo financeiro ao valor justo por meio do resultado se, ao fazê-lo, ela elimina ou reduz significativamente um descasamento contábil que surgiria de outro modo.

(ii) Provisão para Perda de Crédito Esperada

A perda de crédito esperada é mensurada através do cálculo do valor presente de todos os déficits esperados ao longo da vida de um instrumento financeiro. O déficit aqui utilizado é relacionado à diferença entre os valores de fluxo de caixa contratuais e os fluxos de caixa que o Banco espera receber. Uma vez que a perda de crédito esperada considera tanto o montante pago como o momento do pagamento, a perda de crédito esperada ocorre mesmo se o Banco e a Leasing esperam ser pagos integralmente, mas com atrasos com relação ao prazo contratualmente acordado.

A perda de crédito esperada é descontada à taxa original efetiva do instrumento financeiro com exceção dos instrumentos financeiros originados ou comprados com problemas de recuperação de crédito, os quais são descontados à uma taxa de juros efetiva ajustada determinada em seu reconhecimento inicial.

A mensuração da perda de crédito esperada e dos déficits de fluxo de caixa esperados também levam em consideração os valores de garantias dos ativos financeiros e qualquer outro fator/cláusula adicional ao crédito que fazem parte dos termos contratuais. Assim, são incluídos no cálculo de perda esperada os valores de fluxo de caixas referentes à monetização das garantias estabelecidas, tal como os custos de sua obtenção e seus valores de venda.

De acordo com a CPC 48, a perda de crédito esperada deve ser mensurada de maneira a refletir:

- Estimativa de probabilidade de perda ponderada e não enviesada;
- Valor temporal do dinheiro; e
- Toda informação razoável e suportável (se disponível sem custo ou esforços indevidos) na data de mensuração sobre eventos passados, condições atuais e previsões de condições econômicas futuras.

O Banco e a Leasing, portanto, calculam a perda esperada através da média ponderada das perdas de crédito esperadas por toda a vida do ativo financeiro com seus respectivos riscos de *default* utilizados como peso para a ponderação.

Para refletir os riscos de *default*, são utilizados dois índices principais com diferentes metodologias e projeções internas: a probabilidade da perda e a severidade de perda. Ambos os índices são construídos através de **informações prospectivas** e públicas sobre os ativos financeiros tal como o comportamento histórico de migração de contratos entre as diferentes faixas de inadimplência e suas respectivas perdas, recuperação histórica e esperada das possíveis perdas, garantias, determinação de critérios para aumento ou redução significativa de risco de crédito, cenários macroeconômicos e qualquer outra informação relevante para determinação da perda esperada.

O impacto **macroeconômico** ainda possui um fator de escala utilizado pelo Banco e pela Leasing na mensuração da perda esperada denominado *Future Expectation* (FE). O fator de ajuste é determinado através da observação dos dados macroeconômicos existentes e suas projeções a fim de refletir as condições atuais e informações de crédito em relação a eventos futuros. Tal fator é revisado pela Administração em períodos trimestrais.

A partir de sua mensuração, o modelo de perda esperada demanda a classificação do ativo financeiro em três estágios, os quais são definidos da seguinte maneira:

Estágio 1: Nenhuma deterioração significativa da qualidade de crédito desde a data inicial de reconhecimento (aplicação de perda de crédito esperada de 12 meses).

Estágio 2: Deterioração significativa da qualidade de crédito desde a data inicial de reconhecimento (aplicação de perda de crédito esperada ao longo da vida da operação).

Estágio 3: Evidência objetiva de prejuízo, ou seja, ativos com problemas de recuperação (aplicação de perda de crédito esperada ao longo da vida da operação). Clientes específicos de alçadas de crédito mais elevadas considerados problemáticos são diretamente classificados nesse estágio.

Um ativo migrará de estágio à medida que seu risco de crédito aumentar ou diminuir. Dessa forma, um ativo financeiro que migrou para os estágios 2 e 3 poderá voltar para o estágio 1.

Aumento significativo no risco de crédito: O Banco e a Leasing avaliam diversos fatores e premissas para determinar se existe um aumento significativo no risco de crédito, tal como deterioração do fluxo de caixa do cliente, aumento da inadimplência, atrasos recorrentes, contraparte, reestruturações de crédito, etc. Além de fatores subjetivos, o Banco e a Leasing adotam como premissas mínimas e objetivas para classificação e transição entre os estágios:

Estágio 1: Inclui todos os contratos sem deterioração significativa da qualidade de crédito, ou seja, novos ativos financeiros ou ativos que possuam menos de 31 dias de atraso. Dessa forma, todos os ativos financeiros são inicialmente alocados nesse estágio.

Estágio 1 para Estágio 2: Ativos financeiros que demonstrem deterioração significativa de sua qualidade de crédito são alocados no Estágio 2. A deterioração significativa de crédito é definida como:

- Atrasos iguais ou superiores a 31 dias;
- Aumento significativo no risco de *default* (probabilidade de perda esperada);
- Aumento significativo das taxas de perda.

Estágio 2 para Estágio 3: Ativos financeiros com evidência objetiva de prejuízo/dificuldade de recuperação devem ser alocados no Estágio 3. A evidência objetiva de prejuízo de um ativo financeiro e de sua dificuldade de recuperação é definida como:

- Significativa dificuldade financeira do emitente ou mutuário;
- Violação de cláusulas ou termos de contrato;
- Violação dos termos de garantia acordados por parte dos avalistas;
- Probabilidade crescente de falência ou outra reorganização financeira por parte do mutuário;
- Desaparecimento de um mercado ativo para o ativo financeiro devido a dificuldades financeiras;
- Compra ou origem de um ativo financeiro com desconto significativo que reflita em perdas de crédito incorridas;
- Atrasos iguais ou superiores a 91 dias ou 61 dias para clientes/operações individualmente relevantes;
- Operações de crédito reestruturadas.

A mensuração das perdas no valor recuperável dos ativos deve ser realizada de modo a segregar as operações/clientes individualmente relevantes e aquelas individualmente não relevantes que possuam similaridades de modo a serem avaliadas coletivamente.

A revisão dos ativos financeiros individualmente relevantes é realizada mensalmente pela Administração, ou mais frequentemente quando circunstâncias individuais assim o exigirem. Provisões para redução ao valor recuperável sobre contos individualmente avaliadas são determinadas através de uma avaliação caso a caso das perdas nos fluxos de caixa originalmente esperados em comparação ao novo fluxo de caixa da operação esperado na data do balanço. Esta avaliação considera as garantias (incluindo as prováveis despesas decorrentes de todo processo até a execução das garantias) e os recebimentos.

(iii) Compensação de instrumentos financeiros

Quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e uma intenção de realizá-los numa base líquida, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente os ativos e passivos financeiros são compensados e é apresentado no balanço patrimonial o valor líquido. Não houve compensação de instrumentos financeiros nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

(iv) Operações de crédito renegociadas

A Administração considera como eventos de renegociação, qualquer alteração contratual (prazo, fluxo, desconto, etc.) ocasionada devido a uma dificuldade de pagamento por parte do cliente, sendo estes eventos indicativos de perda no valor recuperável dos ativos. A partir destes eventos as operações são classificadas como Estágio 3 e, nos fluxos financeiros esperados, passam a ser considerados eventuais custos legais e do processo de recuperação. Embora os mesmos não sejam considerados como vencidos, sua provisão é calculada com base na comparação do fluxo financeiro originalmente pretendido e o novo fluxo financeiro afetado pelo evento de perda identificado e considerando todas as garantias.

(v) Baixa de instrumentos financeiros

Ativos financeiros são baixados quando os direitos contratuais do recebimento dos fluxos de caixa provenientes desses ativos cessam ou se houver uma transferência substancial dos riscos e benefícios.

A totalidade ou a parte de um ativo financeiro, é baixada contra a respectiva perda de crédito esperada quando não há expectativa razoável de recuperação. Esses créditos são baixados após a finalização de todos os procedimentos necessários de recuperação para a determinação do valor da perda. Recuperações subsequentes de valores previamente baixados são creditadas na demonstração do resultado. O Grupo Financeiro Mercedes-Benz avalia o controle do instrumento, a fim de assegurar seu envolvimento contínuo ou ativo.

(vi) Reclassificação de ativos financeiros

De acordo com o CPC 48, a reclassificação de ativos financeiros é exigida caso o modelo de negócios no qual são mantidos mude após o reconhecimento inicial, e caso a mudança seja significativa para as operações da entidade.

Não há reclassificações nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

(vii) Classificação e Mensuração de Passivos Financeiros

Depósitos de instituições financeiras e de clientes, obrigações por empréstimos e repasses e títulos de dívidas emitidos são mensurados pelo custo amortizado utilizando a taxa efetiva de juros, a qual desconta os pagamentos futuros estimados ao longo da existência do instrumento. O cálculo da taxa efetiva inclui todas as despesas e receitas incrementais associadas ao instrumento financeiro. As despesas de juros correspondentes destes instrumentos financeiros são incluídas na demonstração consolidada do resultado na rubrica de despesas com juros e similares.

e. Ativos tangíveis

Os itens do ativo imobilizado são demonstrados ao custo, subtraindo-se a depreciação acumulada e eventuais perdas no valor recuperável. A depreciação é efetuada de modo a reconhecer o custo, menos o valor residual estimado de cada ativo. Ela é calculada pelo método linear com base nas seguintes taxas anuais:

Ativo	Vida útil	Taxa de
	estimada	depreciação anual
Móveis e equipamentos de uso	10 anos	10%
Equipamentos de processamento de dados	5 anos	20%
Sistemas de comunicação	10 anos	10%
Sistemas de transporte	5 anos	20%
Instalações	10 anos	10%

Os custos subsequentes são adicionados ao valor contábil do ativo ou reconhecidos como outro ativo, dependendo do caso, somente quando houver probabilidade de que serão gerados benefícios econômicos futuros associados ao ativo. São reconhecidos no resultado do período em que são incorridas todas as despesas relativas à manutenção e reparo.

Ao final de cada exercício os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, caso seja apropriado.

f. Ativos intangíveis e ágio

Os ativos intangíveis são constituídos por aquisição de licença de direito de uso de softwares e cujas amortizações são efetuadas às taxas de 20% ao ano, que consideram o prazo de vida útil dos ativos. O ágio na Daimler Truck Locações e Serviços Ltda. ("Rental"), que era proveniente da aquisição da Mercedes-Benz Corretora de Seguros Ltda. no ano de 2009 e foi realizado em 2023 com a aquisição da Daimler Truck Locações e Serviços LTDA. pela Daimler Truck Financial Services Brasil Holding S.A..

Redução no valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

Na data-base de divulgação das demonstrações financeiras, a empresa tem como prática a revisão quanto a eventos ou circunstâncias que indicam que o valor contábil de um ativo não-financeiro pode ser irrecuperável. Essa revisão ocorre ao menos anualmente, mas caso ocorram eventos ou mudanças que indiquem uma possível perda de valor recuperável, este teste pode ser efetuado com maior frequência. Na existência de alguma indicação de perda, deve ser calculado o valor recuperável deste ativo.

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros deve ser reconhecida como perda quando o valor contábil do ativo for maior do que o valor recuperável. As perdas por *impairment* deverão ser registradas no resultado do período em que foram identificadas.

g. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O imposto de renda e a contribuição social do período, corrente e diferido, são calculados com base na alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil por ano para imposto de renda. Para contribuição social são calculadas com base na alíquota de 20%, com adicional de 1% especificamente para o movimento de agosto a dezembro de 2022 em relação à empresa Banco, com base na alíquota de 15%, com adicional de 1% especificamente para o movimento de agosto a dezembro de 2022 em relação à empresa Leasing e com base na alíquota de 9% para as demais empresas e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

São reconhecidas as despesas de IRPJ e CSLL na demonstração consolidada do resultado, exceto quando resulta de uma transação registrada diretamente no patrimônio líquido, sendo, nesse caso, o efeito fiscal reconhecido também no patrimônio líquido.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil nas demonstrações financeiras. O ativo fiscal diferido é reconhecido na medida em que for provável que haverá lucros tributários futuros para compensação com essas diferenças.

Os impostos correntes e diferidos (ativos e passivos) são reconhecidos como benefício ou despesa de imposto de renda na demonstração consolidada do resultado. Os créditos tributários de IRPJ e CSLL, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de CSLL e adições temporárias, são registrados na rubrica ativo fiscal diferido, e a provisão para as obrigações fiscais diferidas é registrada na rubrica passivo fiscal diferido.

Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de CSLL serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de sua realização, considerando os estudos técnicos e as análises realizadas pela Administração.

h. Valor justo

Para mensuração do valor justo e critérios de hierarquia, a empresa utiliza premissas de acordo com cada tipo de instrumento financeiro e através de dados disponíveis no mercado. As informações detalhadas estão disponíveis na nota explicativa nº 10.

i. Ativos não correntes mantidos para a venda

São classificados na categoria de ativos não correntes mantidos para a venda e reconhecidos na rubrica Outros Ativos no ativo circulante, os bens retomados por execução de garantias prestadas em operações de créditos não performadas cujo valor contábil venha a ser recuperado, principalmente por meio de uma transação de venda, ao invés do uso continuado.

Para este ser o caso, o ativo deve estar disponível para a venda imediata em sua condição atual, sujeito apenas aos termos que sejam usuais e habituais para vendas desses ativos e sua venda deve ser altamente provável.

Uma vez classificados nesta categoria, os ativos são mensurados ao menor dentre o valor contábil ou valor justo menos os custos para venda.

Estes ativos não são amortizados e estão sujeitos a *"impairment"*. A perda por *"impairment"* é reconhecida no resultado e podem ser revertidas.

j. Operações de arrendamento

É incluído na conta empréstimos e recebíveis o investimento líquido em arrendamentos financeiros; já as receitas brutas no prazo do arrendamento são reconhecidas de modo a gerar uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido. Os pagamentos a receber são apresentados na rubrica operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro. Os custos diretos de arrendamentos são incorporados ao valor do reconhecimento inicial do ativo.

O risco de valor residual ocorre devido à incerteza do valor de um ativo ao fim do prazo do contrato. Ao longo da vida do ativo, seu valor residual irá variar devido às incertezas do mercado futuro, a mudanças tecnológicas ou inovações em produtos e a condições econômicas em geral.

Os valores residuais são definidos no início do contrato de arrendamento com base nas expectativas da Administração de valores futuros. Durante o prazo do arrendamento, os valores residuais são revisados anualmente, de modo a identificar qualquer possível redução no valor recuperável. Qualquer redução no valor residual que resulte em uma redução no valor recuperável de um ativo é reconhecida imediatamente.

k. Provisões

Uma provisão é reconhecida quando for provável haver necessidade de recursos econômicos para liquidar uma obrigação legal atual ou construtiva, como resultado de eventos passados, e o valor da obrigação puder ser estimado de maneira confiável. O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados conforme a seguir:

(i) ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;

(ii) provisões - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;

(iii) passivos contingentes - classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão ou divulgação;

(iv) obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação fiscal;

(v) depósitos judiciais - são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões para passivos contingentes.

l. Patrimônio líquido

O patrimônio líquido é composto por capital social, reservas de capital, reservas de lucros e resultados acumulados não apropriados. O capital social e as reservas estão detalhadas na nota explicativa nº 25. O capital social é composto por ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Os dividendos sobre ações são reconhecidos no momento em que são aprovados pela Assembleia Geral.

m. Receita e despesa líquida de juros e similares

São reconhecidas na demonstração individual e consolidada do resultado as receitas e despesas de juros e similares sobre ativos e passivos financeiros utilizando-se o método da taxa efetiva de juros. O método da taxa efetiva de juros é utilizado para calcular o custo amortizado de ativo ou de passivo financeiro e de alocar receitas ou despesas de juros no respectivo período.

A taxa efetiva de juros é a taxa de desconto que é aplicada sobre os pagamentos ou recebimentos futuros estimados ao longo da expectativa de vigência do instrumento financeiro. Ao calcular a taxa efetiva de juros, o Grupo Financeiro Mercedes-Benz estima os fluxos de caixa, considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, mas não considera perdas de crédito futuro. O cálculo inclui as comissões pagas ou recebidas entre as partes do contrato, os custos de transação e os outros prêmios ou descontos.

n. Receitas e despesas de taxas e comissões

A DTFS auferir receita de serviços e comissões por meio de diversos tipos de serviços que fornece aos seus clientes. Taxas auferidas com a prestação de serviços são apropriadas ao longo do mesmo período em que os serviços são prestados. O reconhecimento de receitas de

DAIMLER TRUCK FINANCIAL SERVICES BRASIL HOLDING S.A.

CNPJ nº 54.646.419/0001-44

*continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

e. Movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Individuais			
	2022	Constituição	Realização	2023
Provisão para ações judiciais fiscais	468	140	-	608
Outras diferenças temporárias	1.023	3	(3)	1.023
Total	1.491	143	(3)	1.631
	2021	Constituição	Realização	2022
Provisão para ações judiciais fiscais	452	22	(6)	468
Outras diferenças temporárias	1.023	-	-	1.023
Total	1.475	22	(6)	1.491

	Consolidadas			
	2022	Constituição	Realização	2023
Provisão para perdas com redução ao valor recuperável	381.852	87.744	(88.597)	380.999
Provisão para desvalorização de ativos não correntes mantidos para a venda	18.067	82.244	(58.900)	41.411
Provisão para ações judiciais fiscais	50.984	141	(1.967)	49.158
Provisão para ações judiciais cíveis	11.960	1.040	(830)	12.170
Provisões para ações judiciais trabalhistas	21.211	-	(3.526)	17.685
Prejuízo fiscal/Base negativa	7.401	927	(506)	7.822
MTM - Patrimônio líquido	-	32.785	-	32.785
Outras diferenças temporárias	64.404	56.447	(30.383)	90.468
Total	555.879	261.328	(184.709)	632.498
	2021	Constituição	Realização	2022
Provisão para perdas com redução ao valor recuperável	348.333	126.029	(92.510)	381.852
Provisão para desvalorização de ativos não correntes mantidos para a venda	8.388	34.354	(24.675)	18.067
Provisão para ações judiciais fiscais	50.849	141	(5)	50.985
Provisão para ações judiciais cíveis	13.501	1.323	(2.864)	11.960
Provisões para ações judiciais trabalhistas	22.067	1.220	(2.076)	21.211
Prejuízo fiscal/Base negativa	6.995	618	(212)	7.401
Outras diferenças temporárias	63.085	21.451	(20.133)	64.403
Total	513.218	185.136	(142.475)	555.879

	Consolidadas			
	2022	Constituição	Realização	2023
Títulos disponíveis para venda	(151)	(35)	-	(186)
Títulos disponíveis para venda - Próprios	(222)	(26)	-	(248)
MTM - Patrimônio Líquido	(12.847)	-	12.847	-
Total	(13.220)	(61)	12.847	(434)
	2021	Constituição	Realização	2022
Passivos fiscais diferidos de superveniência da depreciação	-	-	-	-
Títulos disponíveis para venda	(140)	(11)	-	(151)
Títulos disponíveis para venda - Próprios	(70)	(152)	-	(222)
MTM - Patrimônio Líquido	(48.780)	-	35.933	(12.847)
Total	(48.990)	(163)	35.933	(13.220)

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias levam em consideração o histórico de rentabilidade em pelo menos três dos últimos cinco exercícios sociais e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade que permitam a realização do crédito tributário no prazo máximo de 10 anos. O prazo máximo de realização de 10 anos não se aplica aos créditos tributários originados de prejuízos fiscais ocasionados pela exclusão das receitas de superveniência de depreciação até o limite das obrigações fiscais diferidas correspondentes.

As diferenças temporárias são decorrentes das despesas referentes à provisão para devedores duvidosos, provisão para contingências, provisão para bens não de uso próprio e todas outras indutíveis temporariamente na apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro.

Os créditos tributários serão realizados à medida que as diferenças temporárias, sobre os quais são calculados através de avaliação com base nas normas legais vigentes, sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal, cujo cronograma de realização e/ou baixa se apresenta a seguir:

Exercício	Diferenças Temporárias		Prejuízo Fiscal	Base Negativa	Valor Presente
	Imposto de renda	Contribuição social			
2024	84.495	53.655	-	151	129.667
2025	107.247	85.790	32	167	147.704
2026	10.321	8.248	650	180	12.532
2027	17.807	14.131	-	190	18.777
Após 2027	86.826	66.493	-	6.713	72.642
Total	306.696	228.317	682	7.401	381.322

25. CAPITAL SOCIAL E RESERVAS

a. Capital Social

Atribuído ao controlador

O capital social no montante de R\$ 1.353.742 é representado por 374.585.253 (trezentos e setenta e quatro milhões, quinhentas e oitenta e cinco mil, duzentas e cinquenta e três) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

b. Reservas

A conta reserva de lucros do Grupo Financeiro Mercedes-Benz é composta por reserva legal e reserva especial de lucros. O saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Attingido esse limite, a assembleia deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização do capital social ou na distribuição de dividendos.

Reserva legal - Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do semestre, antes de qualquer outra destinação, que não poderá exceder a 20% do capital social.

c. Ajustes de avaliação patrimonial

O saldo de ajustes de avaliação patrimonial corresponde à atualização dos instrumentos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e instrumentos financeiros derivativos, líquido dos efeitos tributários.

Instrumentos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	2023		2022	
	Ajuste	Efeito fiscal	Ajuste	Efeito fiscal
Saldo Inicial	827	(373)	454	468
Mutações do período	136	(61)	75	359
Saldo final	963	(434)	529	827
Saldo final	963	(434)	529	827

Instrumentos financeiros derivativos	2023		2022	
	Ajuste	Efeito fiscal	Ajuste	Efeito fiscal
Saldo Inicial	28.552	(12.848)	15.704	108.400
Mutações do período	(101.407)	45.633	(55.774)	(79.848)
Saldo final	(72.855)	32.785	(40.070)	28.552
Saldo final	(72.855)	32.785	(40.070)	28.552

Total	2023		2022	
	Ajuste	Efeito fiscal	Ajuste	Efeito fiscal
Saldo Inicial	29.379	(13.221)	16.158	108.868
Mutações do período	(101.271)	45.572	(55.699)	(79.489)
Saldo final	(71.892)	32.351	(39.541)	29.379
Saldo final	(71.892)	32.351	(39.541)	29.379

d. Dividendos

É assegurado aos acionistas o direito a um dividendo mínimo de 25% calculado sobre o lucro líquido ajustado a ser pago anualmente. Por deliberação dos acionistas não foram propostos dividendos relativos ao exercício de 2023.

O Banco não possui política formal de reinvestimento por parte de seus acionistas e todos os reinvestimentos até aqui verificados, foram deliberados pelos acionistas através de AGO/AGE.

e. Resultados acumulados não apropriados

O lucro líquido apurado segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil é totalmente destinado na forma de dividendos, juros sobre o capital próprio e de constituição de reservas de lucros.

26. PARTES RELACIONADAS

a. Operações com partes relacionadas

As empresas do Conglomerado mantêm transações com controlada direta, controladora indireta e coligadas, as quais foram efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros ou pelo mercado, vigentes nas datas das operações. Os saldos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 estão assim demonstrados:

Descrição	2023		2022	
	Controladora	Coligadas	Controladora	Coligadas
Ativo				
Outros ativos diversos	-	-	15.317	15.317
Passivo				
Outras obrigações	484	4.391	-	4.785
Resultados de exercícios futuros	-	-	11.580	11.580
Recetas (Despesas)				
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	-	-	157.878	157.878
Receitas de subsídios*	-	-	144.663	144.663
Despesa de processamento de dados	-	(200)	-	(200)
Despesas de comissão de fiança	(8.115)	-	-	(8.115)

Descrição	2023		2022	
	Controladora	Coligadas	Controladora	Coligadas
Ativo				
Outros ativos diversos	-	-	15.317	15.317
Passivo				
Outras obrigações	484	4.391	-	4.785
Resultados de exercícios futuros	-	-	11.580	11.580
Recetas (Despesas)				
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	-	-	167.293	167.293
Receitas de subsídios*	-	-	97.296	97.296
Resultado com depósitos a prazo	-	(14.149)	-	(14.149)
Despesa de processamento de dados	-	(549)	-	(549)
Despesa de processamento de dados	-	(4.690)	-	(4.690)
Despesas de comissão de fiança	(7.679)	-	-	(7.679)

¹ Daimler Truck AG
² Mercedes-Benz Companhia Financiera Argentina S.A. e Daimler Truck Financial Services USA
³ Mercedes-Benz do Brasil Ltda. e Mercedes-Benz Cars & Vans do Brasil Ltda.
⁴ Subsídios da Mercedes-Benz do Brasil Ltda. - referem-se à equalização de taxa de juros das operações de créditos, apropriados ao resultado pelo prazo do contrato.

b. Operações de crédito

Conforme as normas vigentes, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos a:

- Quaisquer pessoas físicas ou jurídicas que controlem a instituição ou qualquer entidade sob controle comum com a instituição, ou qualquer diretor executivo ou qualquer de tais entidades ou membros da família imediata de tais pessoas físicas;
- Qualquer entidade controlada pela instituição; ou
- Qualquer entidade da qual o Conglomerado detenha, direta ou indiretamente, 10% ou mais do capital social.

Dessa forma, não são efetuados empréstimos ou adiantamentos a quaisquer subsidiárias, membros da Administração ou seus familiares imediatos.

27. SEGMENTOS OPERACIONAIS

De acordo com o CPC 22, um segmento operacional é um componente de uma entidade (i) que opera em atividades as quais poderá obter receitas e incorrer em despesas

	2023			2022		
	Varejo	Atacado	Total	Varejo	Atacado	Total
Ativos Financeiros						
15.717.028	3.559.635	19.276.663	15.174.464	4.194.125	19.368.589	
(469.137)	(106.252)	(575.389)	(521.994)	(144.276)	(666.270)	
Total líquido de operações de crédito e arrendamento financeiro	15.247.891	3.453.383	18.701.274	14.652.470	18.702.319	
Resultado						
2.259.906	427.537	2.687.443	1.629.899	433.095	2.062.994	
55.964	10.587	66.551	49.381	13.122	62.503	
(1.720.907)	(366.062)	(2.086.969)	(1.168.554)	(361.994)	(1.530.548)	
2.315.870	438.124	2.753.994	1.679.280	446.217	2.125.497	
(31.194)	6.220	(24.974)	(61.492)	(2.717)	(64.209)	
209.802	60.450	270.252	238.309	41.793	280.102	

Operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro (-) Provisão para perda esperada

Receita com juros e similares
 Outras receitas de juros
 Despesas com juros e similares
Resultado líquido de juros e similares
 Perdas por impairment de ativos financeiros, líquidas de recuperações
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações

Na determinação de algumas rubricas como o lucro operacional, determinados componentes como despesas gerais e administrativas são alocados em cada segmento através de raios, em função, substancialmente do portfólio dos dois segmentos.

28. GESTÃO DE RISCOS

Introdução

O Conglomerado Financeiro Mercedes-Benz do Brasil utiliza uma estrutura integrada e continua para o gerenciamento de riscos.

Para medir, monitorar e mitigar a exposição aos diversos fatores de riscos, o Banco Mercedes-Benz do Brasil S.A. implantou estrutura de tamanho compatível com a natureza de suas operações, cujo processo de gestão envolve a análise da evolução de sua carteira de crédito e outras atividades que a sirvam como suporte.

Diretrizes organizacionais

A estrutura de Gerenciamento de Riscos está orientada pela regulamentação local e pelas políticas distribuídas por sua Matriz que definem os requerimentos e padrões mínimos para realizações de suas operações dentro do Grupo Daimler Truck.

A fim de realizar a gestão de seus fatores de riscos, o Banco segmentou os riscos conforme segue:

a. Risco de Crédito

Configura-se pelo risco de perdas associadas ao não cumprimento de obrigações da contraparte; a desvalorização dos ganhos esperados do instrumento financeiro devido a deterioração creditícia de qualquer parte envolvida; a deterioração resultante de reestruturação do instrumento financeiro; ou devido a custos envolvidos na recuperação dos ativos envolvidos.

Metodologia

A metodologia para medição, monitoramento e mitigação dos riscos de crédito inclui:

- Análises de crédito baseadas em ferramentas estatística/julgamental utilizadas de acordo com o tamanho de crédito e monitoradas para confirmação de seu poder creditivo;
- Estabelecimento de limites para a realização de operações de crédito;
- Sistemas para avaliação constante da evolução da carteira de crédito, tanto em nível individual quanto integrado das operações, sob diversas óticas de integração;
- Procedimentos para recuperações de crédito;
- Compatibilização do nível de provisionamento com o risco de crédito assumido, e adequação aos níveis de Patrimônio de Referência exigidos pela regulamentação;
- Testes de estresse para medições de efeitos nos principais indicadores de desempenho da instituição sob condições extremas de mercado;
- Emissão de relatórios gerenciais periódicos aos diversos níveis de gestão acerca das operações expostas ao risco de crédito.

Papéis e responsabilidades

A governança do Gerenciamento do Risco de Crédito é efetuada pelo departamento de Gerenciamento de Riscos sob a supervisão da Diretoria da instituição, que zela pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de administração de riscos.

Diretoria - Responsável em acompanhar os resultados das atividades de gerenciamento do risco de crédito do Conglomerado Financeiro Mercedes-Benz do Brasil sempre visando o aprimoramento do ambiente de controles e sua devida mitigação. É também responsável pela aprovação e implantação da estrutura de gerenciamento do risco de crédito, incluindo as políticas, processos e procedimentos, mantendo uma forte cultura de controle dos indicadores de desempenho do ciclo de crédito.

Gerenciamento de Riscos - Responsável pelo monitoramento do risco de crédito, através da normalização dos métodos e geração de relatórios para identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação do risco de crédito e sua respectiva divulgação aos devidos níveis de gestão. Também responsável pela medição do nível de provisionamento da carteira para cobertura do risco da empresa.

Segregação de função

As funções de vendas e crédito são segregadas, assegurando duas óticas independentes no processo de gerência de risco e decisão de crédito. A área de negócios é responsável pela aquisição de novos negócios, enquanto que a área de crédito avalia o risco da solicitação de crédito feita pela área de vendas.

Políticas, estratégias e mensuração

As políticas relacionadas ao processo de concessão do crédito e cobrança do Banco Mercedes-Benz estabelecem as regras definidas e aprovadas pela Matriz e abrangem os seguintes aspectos: informações cadastrais, capacidade de pagamento do cliente, tipo de produto, prazo da operação, percentual de entrada, tipo de garantia, modelos estatísticos, análise julgamental, ações de cobrança e indicadores.

Concessão e aprovação do crédito

Nenhum crédito deve ser concedido sob avaliação de um único aprovador. As operações de crédito devem ser aprovadas por pelo menos dois aprovadores, um dos quais deve, obrigatoriamente, pertencer à área de crédito.

Exceções a esta regra se aplicam apenas para créditos analisados pelo *Retail*. As aprovações são baseadas no sistema de atribuição de pontos (*scoring*) ou aprovações manuais feitas pelo gerente de crédito ou analistas *Retail*.

Exposição máxima ao risco de crédito

A exposição máxima ao risco de crédito, demonstrada abaixo, não considera garantias obtidas ou melhorias de crédito que não se qualificam para compensação.

	Consolidadas	
	2023	2022
Disponibilidades	187.612	26.630
Aplicações em depósitos interfinanceiros	211.171	133.124
Operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro	18.701.274	18.702.319
Títulos e valores mobiliários	234.231	297.367
Total	19.334.288	19.159.440

O quadro abaixo demonstra a concentração da carteira de crédito por setor econômico:

	Consolidadas	
	2023	2022
Outros serviços	13.162.886	12.587.266
Comércio	4.737.038	5.289.806
Indústria	297.238	321.205
Pessoas físicas	504.112	504.042
Total	18.701.274	18.702.319

O quadro abaixo demonstra a exposição dos 10 maiores clientes:

	Consolidadas	
	2023	2022
Exposição	3.882.316	3.519.512
% sobre a carteira total	20,76%	18,82%

Execução de bens em garantias

O Departamento Jurídico do Banco é a área responsável pela abertura e administração da ação de busca e apreensão dos bens atrelados às operações de crédito em atraso, acionando legalmente os inadimplentes para liquidação dos valores devidos através da retomada e venda dos bens, em leilão público ou venda direta para a rede de concessionários e compradores.

Durante o exercício de 2023 os bens retomados pelo Grupo atingiram o montante de R\$ 386.263 (2022 - R\$ 181.895).

O quadro a seguir apresenta o valor contábil dos ativos financeiros cujos termos foram renegociados.

	Consolidadas	
	2023	2022
Operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro	148.961	453.841
Total	148.961	453.841

b. Risco de liquidez

Configura-se pela possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e a possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O processo de gerenciamento do risco de liquidez contempla o acompanhamento da composição dos recursos disponíveis, o cumprimento do nível mínimo de liquidez e do plano de contingência para situações de estresse. Este processo visa utilizar as melhores práticas de maneira a evitar escassez de caixa e dificuldades em honrar os vencimentos a pagar.

(incluindo receitas e despesas relacionadas a operações com outros componentes da mesma entidade), (ii) cujos resultados operacionais sejam regularmente revisados pelo principal responsável da entidade pelas decisões operacionais relacionadas à alocação de recursos ao segmento e à avaliação de seu desempenho e (iii) para as quais informações financeiras opcionais estejam disponíveis.

O Banco e a Leasing identificaram, com base em suas diretrizes, que seus segmentos operacionais incluem financiamentos a (i) cliente de varejo - "retail" e (ii) clientes de atacado - "wholesale". O segmento de "retail" agrupa os financiamentos concedidos aos clientes finais, pessoas físicas ou jurídicas, que agrupam prioritariamente os usuários dos veículos, enquanto o segmento de "wholesale" agrupa os financiamentos prestados à rede de concessionárias do Grupo Daimler, substancialmente em linhas de capital de giro, com vencimento no curto prazo.

As informações por segmento foram elaboradas com base em relatórios usados pela alta Administração para avaliar o desempenho dos segmentos e tomar decisões quanto à alocação de recursos para investimento e demais propósitos.

A alta Administração utiliza uma variedade de informações para fins gerenciais, inclusive informações financeiras e não financeiras.

As principais rubricas relacionadas aos dados contábeis constantes do balanço patrimonial e demonstração do resultado estão demonstradas a seguir:

	2023			2022		
	Varejo	Atacado	Total			

DAIMLER TRUCK FINANCIAL SERVICES BRASIL HOLDING S.A.

CNPJ nº 54.646.419/0001-44

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

mensais são passados/enviados a todos os membros da Diretoria e gestão do Banco, onde fornecemos as principais variações e indicadores do nosso negócio.

O comitê ICRC é composto pelos seguintes membros votantes:

- Diretor Presidente (CEO)
- Diretor Financeiro (CFO / CRO)
- Diretor de Operações
- Diretor de Crédito
- Diretor Comercial

O objetivo do comitê é o monitoramento contínuo da efetividade das atividades de Controles Internos e Gerenciamento de Riscos Integrados, bem como deliberação de ações /estratégias visando assegurar a adequada execução das mesmas. Entre as atribuições do Comitê, destacam-se:

- Acompanhar os resultados das atividades de Controles Internos e Gerenciamento de Risco Integrado do BMB, visando o aprimoramento do ambiente de controles e a mitigação dos riscos identificados;
- Definir prazos e planos de ação para mitigação de riscos de acordo com a classificação da exposição final;
- Zelar pela qualidade dos sistemas de controles internos e do gerenciamento de risco integrado da empresa, mantendo uma forte cultura de controle nas atividades regulares da organização.

A estrutura de Gerenciamento de Riscos de Mercado e IRRBB está alinhada com as diretrizes do Grupo Daimler Truck, com o Conselho Monetário Nacional e às regulamentações do Banco Central do Brasil.

Modelos para medição, monitoramento e controle de exposição

O Banco Mercedes Benz e a Mercedes Benz Leasing adotaram sistemas, metodologias e modelos baseados nas melhores práticas de mercado, que são testados periodicamente quanto à sua eficácia na identificação de exposição ao risco de mercado. Relatórios com situação de exposição ao risco de mercado e indicação de limites operacionais a serem observados são diariamente gerados e analisados pela área de gerenciamento de riscos.

Os procedimentos para medição, monitoramento e controle de exposição e reporte está claramente documentado através de política e procedimento e encontram-se disponíveis a todos os níveis da instituição para consulta através do sistema interno de divulgação de políticas.

Risco de taxa de juros na carteira bancária (IRRBB)

A metodologia utilizada para o acompanhamento contínuo utilizada pelo Banco é o delta EVE e delta NIL.

	2023		
	Cenário Base	Cenário de Estresse	
(em milhares de reais)		I	II
EVE - Economic Value of Equity	2.843.586	(87.908)	95.713
NII - Net Interest Income	223.764	(35.362)	35.294

Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade demonstra o impacto isolado da mudança de cada fator de risco ao resultado e é uma ferramenta complementar as demais análises do Banco.

O Banco, de forma consolidada, adota a análise de sensibilidade para sua única carteira, *Banking*, e aos seus principais fatores de risco: Prefixado e Cupom de Inflação. O quadro a seguir demonstra a análise realizada para a data-base de fechamento do dia 31 de dezembro de 2023 para a carteira *banking*:

	2023		
	I	II	III
(em milhares de reais)			
Prefixado	(87.888)	(108.718)	(129.109)
Cupom de inflação	(21)	(26)	(31)
Total	(87.909)	(108.744)	(129.140)

Limites operacionais

Os limites operacionais são aprovados em comitê e são periodicamente revistos pela área de Gerenciamento de Riscos. Testes regulares de estresse de carteira são realizados com o objetivo de estimar o impacto gerado por eventuais volatilidades do sistema financeiro. Estes limites têm por finalidade permitir à Tesouraria uma atuação transparente, independente e contínua, sendo esta monitorada diariamente pela área de Gerenciamento de Riscos.

DIRETORIA

HILKE JANSSEN
Diretora-Presidente

TATIANA YOKAYAMA E SILVA
Diretora

MARCELLO LARUSSA
Diretor

VIVIANE JACOB
Diretora

RAQUEL ASSIS
Diretora

LUCIANO FRANCISCO ORAGGIO
CRC 1SP 241853/O-6

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos

Acionistas e Diretores da
Daimler Truck Financial Services Brasil Holding S.A.

São Bernardo do Campo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Daimler Truck Financial Services Brasil Holding S.A. ("Companhia"), identificadas como individual e consolidada, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Daimler Truck Financial Services Brasil Holding S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações

Relatórios gerenciais regulatórios

Os dados gerados para adequada medição, monitoramento e controle de exposição ao risco de mercado são usados na geração de relatórios gerenciais e regulatórios, e arquivados para referência futura.

Os procedimentos para execução e distribuição dos relatórios estão claramente documentados e disponíveis a todos os níveis da instituição.

d. Risco operacional

A definição de risco operacional adotada pelo Conglomerado é a seguinte:

"Risco Operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falhas, deficiências ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Esta definição inclui o risco legal, mas exclui o risco estratégico, de imagem e o de reputação."

Em conjunto com esta definição, o Conglomerado utiliza as seguintes categorias para classificação dos riscos operacionais:

- Fraudes internas;
- Fraudes externas;
- Relações Trabalhistas;
- Processos;
- Danos a Ativos;
- Práticas Comerciais;
- Interrupção de Negócios / Falhas em Sistemas;
- Legal.

Estrutura organizacional e metodologia

Na estrutura organizacional atual, as atividades de gerenciamento de risco operacional estão sob responsabilidade da área de Compliance & Governance, subordinada à Gerência de Legal, e com linha de reporte para o "Internal Controls & Risk Committee". Conforme responsabilidades descritas na RAS, um diretor é o indicado como o responsável por assuntos relacionados ao Gerenciamento Integrado de Riscos, assumindo o papel de CRO.

As áreas de negócio, através de seus Gestores, executam constantemente as atividades relativas a Gerenciamento do Risco Operacional. A governança destes temas é efetuada pelo departamento de Compliance & Governance, com a supervisão do "Internal Controls & Risk Committee", que é responsável pela aprovação da política, dos procedimentos, da estrutura e da metodologia a ser utilizada.

A seguir encontre o detalhamento das atribuições e responsabilidades dos envolvidos no processo.

- Internal Controls & Risk Committee

O Conglomerado constituiu, dentro de sua estrutura de gerenciamento integrado de riscos, um comitê específico para tratar deste tema, conforme descrito na Declaração de Appetite de Riscos (RAS). Os assuntos relacionados a Risco Operacional serão discutidos mediante inclusão destes tópicos na pauta do comitê.

- Compliance & Governance

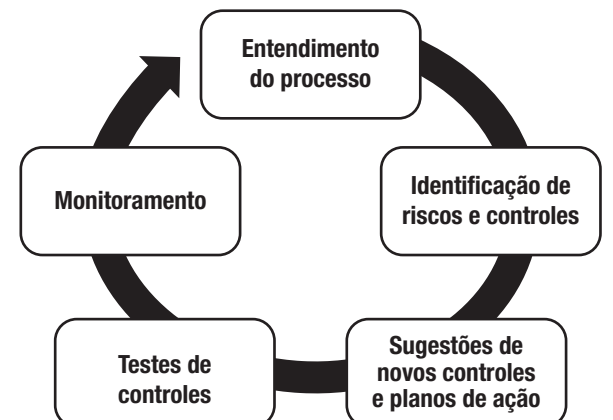
Sua principal função é suprir a Alta Administração com informações gerenciais que possibilitem a adequada gestão dos riscos da empresa, criando um ambiente de transparência em relação aos níveis de exposição relacionados aos riscos identificados. Os processos de gerenciamento de risco operacional, especificados pela área de Compliance & Governance, serão localmente aplicados pelos gestores.

- Gestores das áreas de negócios

Na estrutura definida pelo BMB para realizar a Gestão do Risco Operacional, os Gestores se enquadram como principais responsáveis por administrar permanentemente o risco operacional em seus processos.

Visando maior abrangência e maior proximidade das atividades operacionais, parte da responsabilidade dos gestores poderá ser delegada a um representante de Risco Operacional de seu departamento.

A metodologia de avaliação qualitativa do risco operacional do Conglomerado é composta por cinco etapas:



Entendimento do processo

Esta etapa engloba, o entendimento dos processos de gestão, de negócios e de suporte do BMB, identificando qual gestor é o dono do processo e a quem cabe à responsabilidade pelos devidos controles, ou seja, o responsável pelos riscos e controles identificados no processo.

Identificação de riscos e controles

Após entendido o processo, a segunda fase busca a identificação de possíveis problemas e deficiências, ou seja, o entendimento sobre "o que pode dar errado" dentro do processo analisado. A análise de riscos envolve identificar as fontes de risco, seu impacto e a vulnerabilidade associada a sua ocorrência.

Sugestões de novos controles e planos de ação

Nesta etapa são elaborados os planos de ação como resposta ao risco para todos os controles que, na etapa de avaliação, foram classificados com grau de confiança insuficiente.

Testes de controles

Esta fase integra as áreas de Riscos e Controles Internos, sendo a última responsável pela condução de testes periódicos junto às áreas de negócios.

Monitoramento

Esta fase consiste na realização de atividades periódicas de acompanhamento e comunicação dos níveis de risco assumidos por todas as áreas do Conglomerado, aos participantes das atividades de gerenciamento de riscos operacionais. Trata-se de um processo contínuo e comum a cada uma das etapas anteriores.

29. GERENCIAMENTO DE CAPITAL

O gerenciamento de capital tem por objetivo estabelecer diretrizes que permitam a gestão eficaz do capital do Conglomerado Prudencial Mercedes-Benz, de forma a mantê-lo compatível com a natureza de suas operações, com a complexidade dos seus produtos, com a dimensão de sua exposição a riscos e cumprimento dos requerimentos do órgão regulador. O processo de gerenciamento de capital é realizado de forma a viabilizar os objetivos estratégicos do Conglomerado Prudencial Mercedes-Benz, garantindo uma postura prospectiva que antecipe eventual necessidade de capital decorrente de mudanças no cenário de negócios.

30. AUDITORIA INDEPENDENTE

Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria do Banco Mercedes-Benz do Brasil S.A., instituição líder do Conglomerado Mercedes-Benz é único para as empresas do Conglomerado, tendo sido implementado no início de 2012.

É constituído pelo Diretor Presidente do Banco e, desde outubro de 2023, por dois membros independentes, cuja nomeação está em análise pelo Banco Central, e é responsável pela supervisão (i) dos processos de controles internos e de gerenciamento de riscos; (ii) das atividades da Auditoria Interna e (iii) das atividades das empresas de auditoria independente, avaliando a qualidade e a integridade das demonstrações financeiras, o cumprimento das exigências legais e regulamentares aplicáveis e a efetividade e independência dos trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e externa, bem como o cumprimento das recomendações feitas por essas.

As informações relacionadas aos honorários dos nossos auditores independentes são disponibilizadas nas Demonstrações Financeiras anuais da controladora Daimler Truck Holding A.G.

31. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não há eventos subsequentes que requeiram ajustes ou divulgações para as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

CONTADOR

LUCIANO FRANCISCO ORAGGIO
CRC 1SP 241853/O-6

financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos,

bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de abril de 2024



KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0 'F' SP

Vitor David Bezerra Colavitti
Contador - CRC 1SP329743/O-6

